

# Icon. Brasil Diálogo possível

## Governo aceita mudar proposta para orçamento

JANES ROCHA

BRASÍLIA - O governo está disposto a rediscutir os cortes no Orçamento e o aumento das contribuições das pessoas jurídicas, desde que o Congresso apresente alternativas que compensem o efeito destas medidas e garantam o cumprimento de um superávit primário de R\$ 28,5 bilhões no ano que vem, afirmou ontem o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares.

"O importante para nós é assegurar a meta [de superávit no ano 2000]", disse o ministro. Na semana passada, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou medidas para compensar a perda de R\$ 2,4 bilhões na previsão de arrecadação Orçamento Geral da União para o ano que vem. A receita frustrada é decorrente da decisão do Supremo Tribunal Federal de considerar inconstitucional a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos e a alíquota adicional progressiva para os servidores da ativa.

Sem essa arrecadação, o resultado final acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) de um superávit

primário (receitas menos despesas antes do pagamento dos juros da dívida) equivalente a 2,65% do Produto Interno Bruto (PIB) ou R\$ 28,5 bilhões, ficou comprometido. Martus Tavares e Pedro Malan propuseram então recompor o valor a menos com um corte de gastos de R\$ 1,2 bilhão na conta de custeio e capital (investimentos e manutenção da máquina) e a arrecadação adicional de R\$ 1,2 bilhão através da Contribuição para Financiamento da Seguridade (Cofins).

A proposta foi mal recebida no Congresso, principalmente porque o governo passou para os parlamentares a tarefa de escolher onde cortar o Orçamento. "Nossa proposta é essa, 50% na receita e 50% na despesa. É possível que haja outras alternativas. O que se mostrar mais consistente, socialmente justo e politicamente viável deve ser considerado", afirmou Tavares, respondendo às críticas que vem recebendo de parlamentares.

O ministro do Planejamento disse que vem recebendo várias sugestões dos parlamentares, desde a suspensão total dos cortes e a compensação por aumento de impostos, até o contrário (suspenção dos impostos e compensação total por cortes de gastos). "O importante é que ninguém está questionando a meta", disse.